

# Sarney pode assumir negociação

por Elaine Lerner  
de Brasília

O presidente José Sarney está disposto a renegociar, pessoalmente, a dívida externa brasileira. Esta decisão só será tomada se "realmente for necessária", segundo assessores do Palácio do Planalto. Sarney preparou-se para fazer o anúncio de sua disposição em renegociar a dívida durante a entrevista coletiva concedida no dia 17. Na última hora, concluiu "que ainda não era o momento de fazer tal declaração" e optou pelo anúncio de sua nova política industrial e a entrada do capital estrangeiro, como forma de modernizar o parque industrial nacional.

Um assessor de Sarney, que participou da reunião na qual ficou decidido que o assunto não seria mencionado durante a coletiva, informou que, "a qualquer momento, o presidente poderá deixar de apenas fornecer as diretrizes da política externa, passando para a ação concreta". A decisão de Sarney está calcada na "crítica situação" por que passa o País.

"O presidente quer uma posição realista, onde está incluída a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", explicou um dos assessores presentes à reunião, que contou com a participação também do ministro dos

Transportes, José Reinaldo Tavares. O importante, para o presidente, é manter o País em crescimento. Qualquer acordo com o FMI que inclua recessão será descartado, conforme anúncio feito pelo presidente. Mas, uma negociação que desobrigue o País a pagar cerca de US\$ 1,5 bilhão em amortizações durante doze meses é bem-vinda pelo Palácio do Planalto. Mas, por enquanto, a condução das negociações continua com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, conforme ele mesmo reiterou, ontem, em entrevista coletiva.

## COMISSÃO DA DÍVIDA

Já o destino da comissão de renegociação da dívida externa, criada em abril e que realizou apenas uma reunião, ainda não está decidido. O coordenador da comissão, ex-ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, passou, ontem, mais de três horas com o assessor especial para Assuntos Internacionais do Palácio do Planalto, Rubens Ricúpero. No final, disse apenas que o "decreto da comissão ainda existe". No entanto, orientou os jornalistas para que "fiquem atentos ao Diário Oficial", referindo-se à possível extinção da comissão, criada principalmente para diminuir os poderes do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na condução da renegociação da dívida.